



Prefeitura Municipal de Birigui  
Estado de São Paulo  
CNPJ nº 46.151.718/0001-80

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

pág. 1/4

De Acordo

  
Wilson Carlos Rodrigues Borini  
Prefeito Municipal

Ref.: Tomada de Preços nº05/2011

Assunto: Manifestação a Recurso Administrativo

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A Comissão Permanente de Licitações, através de seus membros, nomeados pela da Portaria nº 71/2011, vem, respeitosamente, levar ao conhecimento de Vossa Excelência o(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) por **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA ME**, nos autos do processo licitatório em trâmite nessa Prefeitura, através da modalidade **Tomada de Preços nº 05/2011 - tipo menor preço global**, objetivando a **contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de galerias de drenagem de águas pluviais, na Rua José Masson (trecho entre o Córrego Moimaz e a Rua Euclides de Almeida), com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projetos fornecidos pela Secretaria de Obras, conforme objeto especificado no instrumento convocatório (fls 81/119).**

Para ciência e apresentação de contra-razões, foi comunicada a interposição dos recursos, conforme documentado nas fls. 158/162.

O recurso interposto sob o **protocolo 9776/2011** foi recebido tempestivamente, com efeito suspensivo, nos termos do §2º do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

As razões desse recurso, apresentadas por **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA ME**, contra a decisão de fls. 153/156, tomada em 29/07/2011, em síntese, trazem em seu bojo a demonstração dos motivos que ensejam seu inconformismo com a inabilitação da recorrente, pela não apresentação do documento



exigido pela cláusula 7.2.6.2 do edital, qual seja, atestado de capacidade técnica operacional, não deveria, segundo ela, ensejar a inabilitação. Ainda, alegou que a decisão recorrida careceu de fundamentação e foi tomada com excesso de rigor formal, deixando esta Comissão de promover diligências, invocando os arts. 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como o art. 48 da Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, citando doutrina e jurisprudência, para concluir requerendo a procedência do recurso, no sentido de se reformar a decisão recorrida para habilitar a recorrente.

Não foram apresentadas contra-razões pelas demais licitantes.

É o relatório.

Assim, os membros desta Comissão passam ao exame dos pontos controvertidos do(s) recurso(s) sob apreciação.

O primeiro diz respeito à exigência de atestado de capacidade técnica operacional. A cláusula que ensejou a inabilitação da recorrente, na verdade, encontra amparo legal no art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93, segundo o qual a Administração Pública está autorizada a exigir qualificação técnica. Nesse sentido, inclusive, é a Jurisprudência firmada pelo TCESP nas Súmulas nº 24 e 30 daquela Corte<sup>1</sup>. Esta exigência visa garantir a segurança do contrato, visto que a Administração contratará com a empresa (pessoa jurídica) e não com o profissional (pessoa física). A responsabilidade contratual é da empresa contratada. É ela que deve provar que tem capacidade técnico operacional para cumprir a obrigação, pois a ampliação do universo de participantes não pode ser implementado indiscriminadamente de modo a comprometer a segurança dos contratos, o que pode gerar graves prejuízos para o Poder Público. Assim sendo, não se pode, deixar de prever requisitos que sejam pertinentes e relevantes ao entendimento do objeto licitado, à luz do interesse público.

O segundo, no tocante ao excesso de rigor no julgamento, pela mesma razão acima, não deve prevalecer, pois a circunstância que levou à inabilitação é

<sup>1</sup> SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.

(...) SÚMULA Nº 30 - Em procedimento licitatório, para aferição da capacitação técnica, poderão ser exigidos atestados de execução de obras e/ou serviços de forma genérica, ficando vedado o estabelecimento de apresentação de prova de experiência anterior em atividade específica, como realização de rodovias, edificação de presídios, de escolas, de hospitais, e outros itens.

*Handwritten signatures and initials:*  
AKr  
V  
e  
e  
e



objetiva. Ora, o julgamento contra o qual a recorrente se insurge não envolve qualquer ponderação de circunstâncias nem qualquer juízo de valor. Ou a licitante apresenta, ou não apresenta o referido documento. Ou seja, julga-se objetivamente se o documento constava entre aqueles insertos no envelope correspondente ou não, surpreende também a alegação no tocante a ausência de fundamentação, porque além daquela exigência haver sido expressa em edital, ao qual foi dada publicidade oficial, a própria ata de fls.453/456, constou fundamentação de que a " empresa SB de Souza Construtora ME apresentou documento (fls.203) dando parecer em desacordo ao item 7.2.6.2 do Edital que se refere a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica de execução de obra similar ao objeto", expedido em nome da empresa licitante, o que deixou de ser acolhido pela Comissão, já que ela o fez em momento precluso, pois deveria ter se manifestado anteriormente a abertura dos envelopes, conforme art.41 e seus parágrafos da Lei nº8666/93, ou seja se a recorrente desejasse combater a legalidade da exigência do referido Atestado, deveria tê-lo feito pela via de impugnação do edital, nos termos do §2º do art.41 do mesmo diploma legal.

Finalmente, o terceiro, no tocante a falta de diligência para solucionar indagações pertinentes com relação à Jurisprudência do TCE/SP, a Comissão entendeu que não haveria necessidade, pois já era de seu conhecimento o entendimento do próprio TCE/SP expresso nas Súmulas 24 e 30, por isso dispensou qualquer diligência.

Assim, a inabilitação é consequência da não apresentação de documento necessário à habilitação, tanto que a cláusula 7.2 do edital estabelece que o invólucro nº 01 – DOCUMENTAÇÃO, "deverá conter", entre outros, o atestado exigido pela cláusula 7.2.6.2.

Mais ainda, se a recorrente fosse habilitada, seria violada a isonomia em relação às demais licitantes que apresentaram regularmente o documento em questão.

Portanto, não se vislumbra, com a devida vênia, fundamento para alterar a decisão de inabilitação, conforme pleiteado.

Logo, não há como se vislumbrar afronta à Constituição, à Lei ou à Jurisprudência, que justifique o provimento do recurso de **S.B. DE SOUZA CONSTRUTORA – ME**, considerando-se refutados, pontualmente, os argumentos

Assinatura manuscrita: Ahn C / e



formulados pela recorrente.

Portanto, de acordo com a fundamentação sobre a qual se dissertou acima, a orientação Jurisprudencial citada, bem como, sobretudo, a finalidade da seleção eficiente e isonômica de propostas do processo licitatório, a Comissão de Licitação, por unanimidade, conhece do(s) recurso(s), porém não lhe confere provimento, mantendo a decisão recorrida. Instrui o presente à autoridade superior, para decisão e posterior notificação aos licitantes. Em nada mais havendo, a Senhora Presidente deu por encerrada a presente sessão.

Birigui, 24 de agosto de 2011.

**ROSA MARIA RODRIGUES CINTRA VILLÇA**  
Presidente

**TEREZINHA DE FÁTIMA FORTIN**  
Membro

**ROSÂNGELA GRASSI**  
Membro

**ANDRESSA ONÇALVES BIBIANO CARETTA**  
Membro

**ANDRÉ KATSUYOSHI MISAHA**  
Membro